



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 14/2018

Período: 05/05/2018 – 11/05/2018

GEDES – UNESP

- 1- Coluna opinativa criticou candidatura de Jair Bolsonaro e apoiadores do regime militar
- 2- Militares encaminharam 840 imigrantes venezuelanos para abrigos
- 3- Militares lançaram pré-candidaturas para as próximas eleições
- 4- Uso de drones pelo poder público aumentou
- 5- Investigação sobre a morte de soldado durante exercício foi iniciada
- 6- Pesquisador divulgou documento sobre execuções de opositores durante o governo de Ernesto Geisel
- 7- Projeto para restrição do foro privilegiado de comandantes das Forças Armadas foi apresentado à Câmara dos Deputados
- 8- Exército e Polícia Civil realizaram reconstituição do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes

1- Coluna opinativa criticou candidatura de Jair Bolsonaro e apoiadores do regime militar

Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o professor de direito da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, criticou manifestações de apoio ao regime militar (1964-1985) e a pré-candidatura do deputado federal e militar da reserva, Jair Bolsonaro. Conforme o colunista, as manifestações de apoio à volta de um regime militar foram provocadas pela descoberta de casos de corrupção no país, pela depressão econômica e pela desinformação sobre o regime. Nesse cenário, a pré-candidatura de Bolsonaro, “entusiasta dos métodos da ditadura” e “com discurso agressivo em prol da repressão violenta”, foi apoiada por adeptos do regime militar. Segundo Reale Júnior, “assusta que haja adeptos dessa ideia, ignorantes do que foi o regime militar, seja no campo das liberdades públicas, seja no âmbito da economia”. O colunista destacou negativamente declarações públicas do deputado federal: “muitas frases suas, além de indicar o elogio à violência do Estado, mostram desprezo pela liberdade de ser diferente e pela igualdade entre homens e mulheres”. De acordo com o jurista, a eleição de Bolsonaro “seria a volta piorada da ditadura por via do voto”. (*O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 05/05/18*)

2- Militares encaminharam 840 imigrantes venezuelanos para abrigos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Exército Brasileiro retirou mais de 840 imigrantes venezuelanos da Praça Simón Bolívar, na cidade de Boa Vista,

no estado de Roraima, e encaminhou-os para dois abrigos na capital. Segundo o jornal, 241 militares das Forças Armadas participaram da operação, além de 100 profissionais da guarda municipal e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). No dia 04/05/18, 233 pessoas foram levadas para as cidades de Manaus, no estado de Amazonas, e São Paulo. Até então, segundo o *Correio*, 498 venezuelanos haviam migrado para outras regiões do país. Conforme o periódico, há cerca de 3,5 mil acolhidos em Boa Vista, entretanto, estimativas indicam que cerca de 7 mil migrantes estão na cidade e 1.300 estão em “situação de rua”. De acordo com o *Correio*, “o governo federal pretende promover a interiorização de 15 mil imigrantes” e “estão sendo disponibilizados 190 milhões de reais para atender à operação ao longo de 12 meses”. Segundo o jornal, a governadora do estado de Roraima, Suely Campos, entrou com um pedido de fechamento temporário da fronteira com a Venezuela no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a justificativa de que o estado não tem condições financeiras para abrigar todos os imigrantes. De acordo com o *Correio*, Campos pretende obrigar o governo federal a prover auxílio econômico ao estado. O pedido ainda não foi votado pelo STF. (*Correio Braziliense – Brasil – 07/05/18*)

3- Militares lançaram pré-candidaturas para as próximas eleições

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, 71 militares da reserva e da ativa das Forças Armadas lançaram pré-candidaturas a cargos do Congresso Nacional e do Executivo. O único estado brasileiro ainda sem pré-candidatos militares é o Acre. Cerca de 30 pré-candidatos ligados às Forças Armadas se reuniram no dia 08/05/18, na cidade de Brasília, para articular o movimento. Segundo *O Estado*, o mote das candidaturas reside no combate à corrupção, pois, segundo os discursos dos pré-candidatos, “cultivam nos quartéis” os “princípios de ‘honestidade’ e ‘defesa dos interesses do País’”. O general da reserva, Augusto Heleno, repudiou a denominação “Bancada militar”, e afirmou não haver distinção entre militares e civis, procurando desvencilhar o movimento atual da alusão à retomada do regime militar (1964-1985). O general afirmou que o pré-candidato Jair Bolsonaro não é “o candidato dos seus sonhos”, mas “é o único com possibilidade de mudar o que está aí porque todos querem que se faça uma faxina no país”. Segundo Heleno, Bolsonaro “não vai poder governar sozinho e vai ter de montar uma equipe conjunta”. Em adição, o general advertiu que a conjuntura atual não é momento para “olhar pelo retrovisor e ficar elogiando o regime militar, mas de olhar para frente e buscar mudanças no País”. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general da reserva Antonio Hamilton Mourão filiou-se, no mês de abril, ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), e pode substituir Levi Fidelix como candidato à Presidência da República na legenda. Segundo o jornal, o general possui boas relações com Bolsonaro, mas ambos ainda não se pronunciaram sobre uma possível aliança. De acordo com a *Folha*, o general da reserva, Guilherme Cals Theophilo de Oliveira, deverá se candidatar ao governo do estado do Ceará. Conforme o jornal, o general quatro estrelas será o primeiro dessa patente a se candidatar a uma eleição majoritária desde o fim do regime militar. De acordo com a *Folha*, outros dois generais anunciaram sua candidatura a governos estaduais: o general Paulo Chagas pretende se candidatar no Distrito Federal, enquanto o general Girão Monteiro deve ser candidato no estado do Rio Grande do Norte. Há estimativa de que 50 militares se candidatem para cargos no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Segundo *O Estado*, há apenas uma candidata entre o

grupo de militares, a coronel da reserva do Exército, Regina Moézia. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/05/18; Folha de S. Paulo – Primeiro Caderno – 09/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 09/05/18)

4- Uso de drones pelo poder público aumentou

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, duas regulamentações para o uso de drones aprovadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, do Ministério da Defesa, no ano de 2017, contribuíram para o aumento do uso desses aparelhos pelo poder público. Conforme a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o número de drones regulamentados triplicou em comparação ao ano anterior. A ANAC contabilizou cerca de 38,4 mil aparelhos até o mês de março de 2018. Segundo a Força Área Brasileira, 36 órgãos de segurança fazem uso de drones. De acordo com *O Estado*, os equipamentos são utilizados para “monitorar o avanço do desmatamento, ajudar no cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), construir mapas tridimensionais para incursões da polícia, acompanhar operações em áreas de risco e até ajudar no resgate de vítimas de afogamento”. O Exército informou, por meio de nota, que “estuda utilizar os drones, mas ainda não emprega o equipamento em nenhuma ação”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/05/18)

5- Investigação sobre a morte de soldado durante exercício foi iniciada

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, uma equipe da Polícia do Exército investiga a morte de um militar durante um exercício no município de Formosa, no estado de Goiás. O Centro de Comunicação Social do Exército informou que o soldado Victor Campos Ferreira morreu no dia 09/05/18 ao dar entrada no hospital público do município, após levar um tiro na cabeça que teria sido disparado por um sargento. O disparo ocorreu durante um treinamento da Brigada de Operações Especiais. Não se sabe se o soldado teria invadido a área durante o exercício, ou “se o disparo aconteceu em outro momento”. O Exército, em nota, afirmou que a instituição instaurará um inquérito militar. O deputado federal do Partido Republicano Brasileiro do Pará (PRB-PA), João Campos, criticou o treinamento do Exército. “Não posso conceber que, em pleno século 21, com a tecnologia que temos, as Forças Armadas façam um treinamento com munição letal”, afirmou Campos. O deputado completou: “temos todos os recursos para que essas atividades sejam feitas com o mesmo desempenho com munição não letal. Até para enfrentamento a criminalidade nas ruas, a polícia tem regras, para chegar a usar uma arma com munição letal”. (Correio Braziliense – Cidades – 11/05/18)

6- Pesquisador divulgou documento sobre execuções de opositores durante o governo de Ernesto Geisel

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Matias Spektor, divulgou documento de 1974 do Departamento de Estado dos Estados Unidos com informações sobre o endosso do então presidente da República Ernesto Geisel às práticas de tortura e execução de opositores do governo durante o regime militar (1964-1985). O memorando assinado pelo diretor da Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA), William Dolby, foi “desclassificado” pelo governo estadunidense no ano de 2015. O documento contém informações sobre uma reunião realizada em 30/03/1974 com a participação do presidente da República, Ernesto Geisel, do chefe do Centro de Informações do Exército (CIE),

general Milton Tavares de Souza, do sucessor ao cargo, general Confúcio Danton de Paula Avelino, e do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general João Baptista Figueiredo Na reunião, o general Tavares de Souza detalhou o trabalho do CIE contra os opositores ao governo durante a gestão do general Emílio Garrastazu Médici e ressaltou a execução sumária de 104 pessoas. De acordo com o memorando, Souza afirmou que “o Brasil não pode ignorar a ameaça subversiva e terrorista e que os métodos extralegais devem continuar sendo usados contra subversivos perigosos”. De acordo com os periódicos, Geisel atribuiu a Figueiredo a responsabilidade de aprovar a execução de indivíduos considerados “subversivos perigosos”. Em trecho do memorando disponibilizado pelo *Correio*, os generais Geisel e Figueiredo concordaram que “o CIE deve dedicar quase todo o seu esforço à subversão interna e que o esforço geral do CIE será coordenado pelo General Figueiredo”. Spektor destacou que “não se sabia que Geisel havia chamado para o Palácio do Planalto a responsabilidade sobre a decisão das execuções sumárias. A cúpula do governo não só sabia como chamou para si a responsabilidade”. O pesquisador caracterizou a descoberta como “impressionante” e “chocante”. O Comando do Exército, em nota, afirmou que os documentos sigilosos relativos ao período em questão que “eventualmente pudessem comprovar a veracidade dos fatos narrados foram destruídos, de acordo com as normas existentes à época - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS) - em suas diferentes edições”. (*Correio Braziliense – Política – 11/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 11/05/18; Estado de S. Paulo – Política – 11/05/18*)

7- Projeto para restrição do foro privilegiado de comandantes das Forças Armadas foi apresentado à Câmara dos Deputados

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Ari Cunha afirmou que uma proposta para restringir o foro privilegiado de comandantes das Forças Armadas foi realizada na Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 333/17 prevê o fim do foro privilegiado de comandantes das Forças Armadas, ministros de Estado, governadores, prefeitos, embaixadores, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos Conselhos de Justiça, ministros de tribunais superiores e desembargadores, nos casos de crimes comuns e não relacionados diretamente com o mandato. A proposta surgiu após o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, instalar uma comissão para tornar mais abrangente as limitações ao privilégio. Segundo o colunista, a proposta advém de um movimento nos diversos poderes da União que buscam estender a restrição do privilégio, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que restringiu o foro privilegiado de deputados e senadores. Segundo Cunha, “a medida que poderá desafogar os tribunais superiores não assegura contudo que os processos terão solução rápida, mas serve como garantia de que, doravante, todos serão iguais perante a lei, conforme está expresso no Art. 5º da Constituição”. (*Correio Braziliense – Opinião – 11/05/18*)

8- Exército e Polícia Civil realizaram a reconstituição do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, integrantes do Exército e da Polícia Civil participaram da reconstituição da morte da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marielle Franco,

e do motorista Anderson Gomes. Os investigadores interditaram parte das ruas do bairro Estácio, na cidade do Rio de Janeiro, na noite de 10/05/18 para reconstituir o assassinato. Um perímetro de segurança aos civis foi fixado, pois foram realizados disparos com armamento similar ao utilizado no crime. O objetivo da reconstituição é identificar os tipos de arma utilizados e localizar a posição dos disparos a partir dos relatos das quatro testemunhas do assassinato. (Correio Braziliense – Brasil – 11/05/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/05/18; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 11/05/18)

SITES DE REFER NCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o cont do na  ntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo n o s o dispon veis gratuitamente na vers o online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as not cias destes jornais utilizadas na produ o do Informe Brasil, podem solicit -las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Rela es Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); David Succi J nior (Supervisor, doutorando em Rela es Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Rela es Internacionais); Gustavo Henrique Gon alves Ferreira (Redator, graduando em Rela es Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Rela es Internacionais); Juliana de Paula Bigat o (Supervisora, doutora em Rela es Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Rela es Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Rela es Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Rela es Internacionais); Nat lia Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Rela es Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Rela es Internacionais).